



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

## **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2018–PRL/CEA**

### **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2018–PRL/CEA**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA, por meio da Comissão de Licitação, sediada a Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900, bairro Santa Rita, CEP 68.900-030, Macapá/AP, realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, em sessão pública virtual, por meio da internet, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas no Termo de Referência nº 001/2018-DPE e demais anexos, partes integrantes deste Edital.

#### **DATAS E HORÁRIOS:**

**Abertura das Propostas: 17/04/2018 às 09h00min.**

**Disputa: 17/04/2018 às 10h00min.**

**Observando o horário de Brasília/DF.**

**Endereço: sitio de [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) do Banco do Brasil.**

**Licitação nº 713462**

Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização deste evento na data marcada, no horário e local aqui estabelecido, o Pregão Eletrônico ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, desde que não haja comunicação em contrário da Comissão de Licitação e Contratos.

CONTATOS PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO: [daniel.sarges@cea.ap.gov.br](mailto:daniel.sarges@cea.ap.gov.br), [elaine.santos@cea.ap.gov.br](mailto:elaine.santos@cea.ap.gov.br) e [licitacoes@cea.ap.gov.br](mailto:licitacoes@cea.ap.gov.br)

#### **1. DO OBJETO**

O objeto da presente licitação é a **contratação de empresa para implantação de sistema de coleta, armazenamento e envio automático de dados de medição, com instalação de softwares e equipamentos para atender o Sistema de Medição para Faturamento (SMF) da Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA, existente nas subestações 230/69kv da Isolux nos municípios de Macapá e Laranjal do Jari.**

1.1 O valor máximo estimado da contratação é de R\$ 116.737,12 (cento e dezesseis mil setecentos e trinta e sete reais e doze centavos).



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

## **2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

2.1 A despesa decorrente da presente licitação correrá à conta de recursos próprios previstos no Orçamento do Exercício 2018 da Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA.

- Unidade orçamentária: 44021
- Despesa: Instalação de medidor de fronteira
- Número da reserva: 000699

## **3. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

3.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro até três (03) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, em horário de expediente desta Companhia de Eletricidade, ou seja, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h, no seguinte contato: [licitacoes@cea.ap.gov.br](mailto:licitacoes@cea.ap.gov.br).

3.2 Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações serão divulgados no sistema eletrônico.

3.3 Quaisquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.4 Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão. O envio de pedidos de esclarecimentos ou impugnação deverão ser remetidos em horário de expediente desta Companhia de Eletricidade, ou seja, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30h, por e-mail para: [licitacoes@cea.ap.gov.br](mailto:licitacoes@cea.ap.gov.br).

3.5 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração deste Edital e do Termo de Referência, decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

3.6 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para realização do certame.

## **4. DO CREDENCIAMENTO**

4.1 O Credenciamento permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

4.2 O credenciamento dar-se-á pelo recebimento da chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no Portal de Compras do Banco do Brasil, (art. 3º, § 1º do Decreto nº 5.450/2005), no sítio <http://www.licitacoes-e.com.br>.



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

4.3 Deverão ser previamente credenciados perante o provedor do sistema eletrônico a autoridade competente do órgão promotor da licitação, o Pregoeiro, os membros da equipe de apoio e os licitantes que participam do pregão na forma eletrônica (Art. 3º do Decreto nº 5.450/2005).

4.4 O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros (art. 3º, § 5º, do Decreto nº 5.450/2005).

4.5 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

## **5. DA PARTICIPAÇÃO**

5.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento junto ao portal [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) do Banco do Brasil, conforme disposto no §3º do artigo 8º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11.10.10, desde que:

5.1.1 Atendam as condições deste Edital e apresentem os documentos nele exigidos, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório de Notas e Ofício competente;

5.1.2 Não estejam sob falência, concurso de credores ou recuperação judicial, dissoluções, liquidações, consórcio de empresas, e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si; e comprovem possuir os documentos de habilitação requeridos;

5.1.3 Não tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;

5.1.4 Os diretores, responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, fiscal, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio não pertençam, ainda que parcialmente, à empresa do mesmo grupo que esteja participando desta licitação;

5.1.5 Não estejam inadimplentes com a União ou cujo(s) diretor(es) tenha(m) participado de outra empresa que, também, se tornou inadimplente perante a União;

5.1.6 Não sejam de propriedade de servidor ou dirigente do órgão ou entidade licitante ou responsável pela licitação;

5.1.7 Não estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, nos termos do art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

5.2.1 Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.2.2 Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.2.3 Empresas que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3 Como condição para participação no Pregão, a licitante deverá declarar em campo de mensagens do sistema eletrônico relativo às seguintes declarações:

5.3.1 Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

5.3.2 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

5.3.3 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.3.4 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.3.5 Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

## **6. ENVIO DAS PROPOSTAS**

6.1 O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcado para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.2 O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

6.3 Qualquer elemento que possa identificar o licitante acarretará a desclassificação da proposta.

6.4 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.5 Formular e encaminhar a proposta de preço, no idioma oficial do Brasil, exclusivamente por meio do sistema eletrônico. O licitante deverá estar ciente e levar em consideração, além da especificação e condições estabelecidas neste edital, o atendimento dos seguintes requisitos:



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

6.5.1 Apresentar os preços de forma completa, sem dízimas, computando todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os materiais, tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, transporte, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constantes da proposta.

6.6 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.7 Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

6.8 O licitante deverá enviar sua proposta via sistema eletrônico, **SEM A IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA**, contendo as seguintes informações (quando possível):

6.8.1 Valor unitário e total;

6.8.2 Marca;

6.8.3 Fabricante;

6.8.4 Descrição detalhada do objeto, conforme pede o Edital e o Termo de Referência (anexo), **TAMBÉM, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO**, indicando prazo de validade da proposta e prazo de entrega e garantia.

6.9 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título; não cabendo, desta forma, quaisquer ônus adicionais a Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA.

6.10 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

6.11 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.12 O licitante não poderá alegar erros ou omissões praticados na proposta, com o intuito de acrescentar o valor proposto ou desviar-se de obrigações previstas em legislação.

6.13 A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;

6.14 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

6.15 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO**

7.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e hora indicadas no preâmbulo deste Edital.

7.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

## **8. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

8.1 O Pregoeiro analisará as propostas, desclassificando aquelas que se mostrarem incompatíveis com o objeto da licitação e os requisitos do Edital ou que apresentem preços que sejam manifestadamente inexequíveis.

8.2 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas poderão participar da fase de lances, conforme disposto no art. 23, do Decreto nº 5.450/05.

8.3 Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à fase competitiva, quando então os licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

## **9. DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

9.1 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes classificados poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do horário e valores consignados no registro de cada lance.

9.2 O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado no sistema.

9.3 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.4 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, mantendo-se em sigilo a identificação do detentor do lance.

9.5 Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexequível.

9.6 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

9.7 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

9.8 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação do Pregoeiro aos licitantes.

9.9 Para julgamento das propostas será adotado o critério do menor valor.

9.10 A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente no período Randômico determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.11 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

## **10. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

10.1 Encerrada a etapa de lances será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria às microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

10.2 No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresa de pequeno porte e equiparados que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.

10.3 Eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens:

10.3.1 produzidos no País;

10.3.2 produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

10.3.3 produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.3.4 produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

10.4 Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio, em ato público para o qual os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

## **11. DA NEGOCIAÇÃO**

11.1 O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

11.1.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.2 O sistema disponibilizará campo próprio para mensagem do Pregoeiro cabendo aos licitantes acompanhá-las, sendo possível, a partir deste momento, manifestação do licitante convocado pelo Pregoeiro.

11.3. Caso não sejam apresentados os lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

11.4 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

11.5 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

## **12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

12.1 Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto contidas neste Edital e seus anexos.

12.2 Será desclassificada a proposta que:

12.2.1 Não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

12.2.2 Contiver vícios ou ilegalidades, for omissa ou apresentar irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento;

12.2.3 Não apresentar as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência e/ou anexos;

12.2.4 Contiver oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, ou apresentar preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes;





**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

12.3 A participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todo o projeto anexo a este edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

12.4 Será igualmente desclassificada a proposta manifestamente inexequível. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

12.5 O exame da inexequibilidade observará a fórmula prevista no art. 48, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666, de 1993.

12.6 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no §3º, do art. 29, da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

12.7 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

12.8 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

### **13. DO ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO**

13.1 O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar, no prazo de até **04 (quatro) horas**, considerando o horário de expediente desta CEA que é das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, após a convocação via sistema, a proposta de preço adequada ao último lance e dos documentos de habilitação indicados no item 13 deste Edital ao endereço eletrônico [licitacoes@cea.ap.gov.br](mailto:licitacoes@cea.ap.gov.br).

13.2 A proposta inicial, ajustada ao lance vencedor, a ser encaminhada após solicitação do Pregoeiro, deverá ser redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras,



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, como também rubricadas todas as suas folhas pelo licitante ou seu representante, deverá conter:

13.2.1 Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes dos projetos elaborados pela Administração;

13.2.2 Preços unitários e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o modelo de Planilha Orçamentária anexo ao Edital;

13.2.2.1 Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços;

13.2.2.2 Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

13.3 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;

13.4 Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

13.5 Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor das propostas apresentadas, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes.

13.4.1 Erros formais no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a desclassificação da proposta, quando a planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, atendidas as demais condições de aceitabilidade.

13.9 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

13.10 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

13.11 Quando o numeral dos novos preços adequados ao lance vencedor incorrer em dízima, deverá ocorrer o arredondamento para menos.

13.12 Os originais ou cópias autenticadas dos documentos remetidos por meio eletrônico citados no item 13.1, deverão ser encaminhados a Comissão de Licitação e Contratos da Companhia de Eletricidade do Amapá, Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, nº 1900, bairro Santa Rita, CEP 68.900-030 – Macapá-AP, **no prazo de 03 (três) dias** a partir da solicitação do Pregoeiro, de segunda-feira à sexta-feira, em horário de expediente que é de 7:30h às 11:30h e 13:30 às 17:30, em envelope com timbre da empresa e lacrado.



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

13.12.1 O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

13.13 O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada nesta Seção, será desclassificado.

13.14 O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

13.15 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

13.16 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “*chat*” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

13.17 Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

#### **14. DA HABILITAÇÃO**

14.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

14.1.1 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

14.1.2 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

14.1.3 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

14.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

14.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

14.4 Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

14.5 Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 4 (quatro) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e das sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

14.6 O Pregoeiro poderá consultar o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, trabalhista à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica conforme disposto nos arts. 4º, *caput*, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010. Ocorrendo a impossibilidade de consulta por problemas técnicos no sistema apropriado, o Pregoeiro poderá solicitar que o arrematante encaminhe o seu SICAF no prazo estabelecido pelo Pregoeiro.

14.7 Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 2010, deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, regularidade fiscal e trabalhista e demais declarações avante indicadas:

- I - habilitação jurídica;
- II - qualificação técnica;
- III - qualificação econômico-financeira;
- IV - regularidade fiscal e trabalhista;
- V – declarações.

#### **14.7.1 Habilitação jurídica:**

14.7.1.1. Cédula de identidade do representante legal da empresa;

14.7.1.2 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.7.1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

14.7.1.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

14.7.1.5 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

14.7.1.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

14.7.1.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

14.7.1.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **14.7.2 Qualificação técnica**

14.7.2.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de um ou mais atestados e/ou declarações fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

#### **14.7.3 Qualificação Econômico-Financeira**

14.7.3.1 Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

14.7.3.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

14.7.3.3 No caso de bens para pronta entrega, não será exigido da microempresa, empresa de pequeno porte, nem da sociedade cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro (art. 3º do Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007);



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

14.7.3.4 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

14.7.3.5 O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo proprietário da empresa licitante;

14.7.3.6 A boa situação financeira da empresa será comprovada através dos seguintes índices contábeis:

14.7.3.6.1 Índice de Liquidez Geral

$$\text{Liquidez Geral} = \geq \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}} \quad 1,0$$

14.7.3.6.2 Índice de Solvência Geral

$$\text{Solvência Geral} = \geq \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}} \quad 1,0$$

14.7.3.6.3 Índice de Liquidez Corrente

$$\text{Liquidez Corrente} = \geq \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \quad 1,0$$

14.7.3.6.4 Índice de Grau de Endividamento

$$\text{Grau de Endividamentos} = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}{\text{Ativo Total}} \leq 1,0$$

14.7.3.7 As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memoriais de cálculos juntados ao balanço, conforme orientação deste Edital.

14.7.3.8 As empresas que apresentarem índices < 1 para os subitens 13.7.3.6.1, 13.7.3.6.2 a 14.7.3.6.3 deverão comprovar, considerados os riscos para a administração no cumprimento das obrigações contratuais, patrimônio líquido superior em 10% (dez por cento) do valor estimado global para a contratação e, relativamente à data de apresentação da proposta, permitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

#### 14.4.4 Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista

14.4.4.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

14.4.4.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

14.4.4.3 Prova de regularidade com a Fazenda Nacional (certidão conjunta, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, quanto aos demais tributos federais e à Dívida Ativa da União, por elas administrados, conforme art. 1º, inciso I, do Decreto nº 6.106/07);

14.4.4.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei. Em se tratando de empresa com sede neste município de Macapá/AP, apresentar a Certidão Negativa de Tributos Municipais;

14.4.4.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal;

14.4.4.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme o Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/43, e Lei nº 12.440/2011.

14.4.4.7 Se a menor proposta ofertada for de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.

14.4.4.8 A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.

14.4.4.9 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### **14.4.5 Declarações**

14.4.5.1 Declaração expressa do proponente, sob as penas da Lei, da superveniência de fatos impeditivos para a sua habilitação neste certame, na forma do § 2º, do art. 32 da Lei 8.666/93, alterado pela Lei nº 9.648/98, instrução Normativa/MARE nº 5/95, conforme Anexo IV;

14.4.5.2 Declaração do licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menor de 16 (dezesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos,



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

em atendimento ao preceito do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, de conformidade com a Lei nº. 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº. 4.358, de 05/09/2002, conforme Anexo V;  
14.4.5.3 Declaração, por parte do licitante, de elaboração independente de proposta, conforme Anexo VIII deste Edital, em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa SLTI nº 02/2009, de 16/09/2009, publicado no DOU de 17/09/2009 e demais declarações anexas a este Edital.

14.5 O Pregoeiro verificará a autenticidade da documentação obrigatória, constante deste Edital, enviada via e-mail, mediante consulta, nos sítios oficiais, à base de dados dos órgãos e entidades emissores de certidões, constituindo esta verificação meio legal de prova, para fins de habilitação.

14.6 Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, o Pregoeiro inabilitará o licitante.

## **15. DOS RECURSOS**

15.1 Declarado o vencedor, será concedido **prazo de 01 (uma) hora**, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso, indicando contra qual decisão pretende recorrer e por quais motivos.

15.1.2 A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

15.1.3 O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

15.1.4 O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá enviar as razões do recurso pelo sistema eletrônico no prazo de 03 (três) dias contados da data que postou sua intenção recursal, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

15.2 Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vistas dos autos a partir do encerramento da fase de lances.

15.3 As intenções de recursos não admitidos e os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.

15.4 O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.5 Não serão conhecidas as razões e contrarrazões a recursos intempestivamente apresentadas.





**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

15.6 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

16.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

16.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **17. DA CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

17.1. Após a homologação, o fornecedor poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

17.2 A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 64, § 1º da Lei Federal nº. 8.666/93, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

17.3 Previamente à contratação será realizada consulta “on line” ao SICAF, pela contratante, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público e/ou outra restrição a sua habilitação.

17.4 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no Edital e anexos.

17.5 Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

17.6 Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, Estados e Municípios, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

das multas fixadas neste edital e das demais cominações legais, incluindo a sanção penal prevista no artigo 93 da Lei Federal nº. 8.666/93.

17.7 As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no Diário Oficial do Estado, mediante motivação do órgão ou entidade licitante.

## **18. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

18.1 O adjudicatário, no prazo de cinco (5) dias, após a assinatura do Contrato ou aceite do instrumento equivalente, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total desta Contratação, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

18.1.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

18.2 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

18.2.1 prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

18.2.2 prejuízos causados à Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

18.2.3 as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA à Contratada;

18.3 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA, em conta corrente indicada no contrato, com correção monetária.

18.4 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

18.5 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data em que for notificada.

18.6 A Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

18.6.1 caso fortuito ou força maior;

18.6.2 alteração, sem prévia anuência da seguradora, das obrigações contratuais;

18.6.3 descumprimento das obrigações, pela Contratada, decorrentes de atos ou fatos praticados pela Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA;



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

18.6.4 Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA.

18.7 Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

18.8 Será considerada extinta a garantia:

18.8.1 Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

18.8.2 No prazo de três meses após o término da vigência, caso a Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA não comunique a ocorrência de sinistros.

## **19. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

20.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **21. DO RECEBIMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE SERVIÇO – ADS**

21.1 A Administração da Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA convocará oficialmente a licitante vencedora durante a validade da ata de registro de preços para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, após cumpridas as exigências contidas neste Edital, aceitar ou retirar a Autorização de Serviço – ADS, sob pena de decair o direito ao fornecimento, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93.

21.2 O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

21.3 É facultado à Administração, quando a convocada não retirar ou aceitar a Autorização de Serviço – ADS no prazo e condições estabelecidos, chamar as licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar este Pregão, independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/93, conforme art. 64, § 2º da Lei 8.666/1993.



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

21.4 A recusa injustificada da licitante vencedora em aceitar ou retirar a Autorização de Serviço – ADS, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades legalmente estabelecidas.

21.5 O disposto no item anterior não se aplica às licitantes convocadas nos termos do art. 64 § 2º da Lei nº 8.666, de junho de 1993, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pela adjudicatária, inclusive quanto ao prazo e preço.

## **22. DO PAGAMENTO**

22.1 A contratada deverá comprovar os recolhimentos fiscais, tributários, previdenciários e trabalhistas referentes à execução do objeto do presente Termo de Referência, sob pena de não receber os valores requeridos.

22.2 O pagamento será realizado, em até 30 (trinta) dias úteis, contados da apresentação da nota fiscal/fatura, contendo o detalhamento dos materiais empregados, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

22.3 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

22.4 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

22.5 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

22.6 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

22.7 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

22.8 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:



$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga; e

I = Índice de atualização financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \qquad I = \frac{(6/100)}{365} \qquad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6 %

### **23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

23.1 Ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados e Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízos das multas previstas neste Edital e das demais cominações referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93, no que couber, garantido o direito prévio da ampla defesa, a licitante que:

- a) deixar de entregar a documentação exigida no Edital.
- b) no prazo determinado, não assinar o contrato ou não retirar a ADS;
- c) apresentar documento falso ou fizer declaração falsa;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão;
- e) não mantiver a proposta, injustificadamente;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo;
- h) cometer fraude fiscal;

23.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Edital, a Administração da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA poderá garantir a defesa prévia, aplicar à licitante vencedora as sanções descritas na minuta do Contrato em anexo:

23.3 Compete ao Presidente da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA a aplicação das penalidades previstas neste Edital, facultada a defesa do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

23.4 Da aplicação das penalidades previstas caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, que será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, ou, fazê-lo subir devidamente informado.

23.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

23.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

23.7 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

24.1 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, atendidos os interesses públicos e o da Administração, sem comprometimento da segurança da contratação.

24.2 É facultada ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

24.3 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente Edital.

24.4 A adjudicação e a homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.5 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Companhia de Eletricidade do Amapá, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

24.6 A anulação do Pregão induz da ata de registro de preços e do contrato.

24.7 Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.

24.8 No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

24.9 Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da presente licitação, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e horário anteriormente estabelecido.

24.10 Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da legislação constante do preâmbulo deste Edital.

24.11 As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Fórum da Justiça Estadual, Seção Judiciária do Estado do Amapá.



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

## **25. DOS ANEXOS**

25.1 Fazem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência

Anexo II – Modelo de Carta Proposta

Anexo III – Modelo de Declaração de Cumprimento de Requisitos de Habilitação

Anexo IV – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente

Anexo V – Modelo de Declaração do Cumprimento do Requisito Constitucional

Anexo VI – Modelo de Declaração de Capacidade Técnica

Anexo VII – Modelo de Declaração de ME e EPP

Anexo VIII – Modelo de Declaração de Elaboração Independente de Proposta

Anexo IX – Minuta do Contrato

Macapá, 28 de fevereiro de 2018.

**DANIEL SARGES DE MORAES**  
Pregoeiro



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2018–PRL/CEA**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2018–PRL/CEA**

**ANEXO I**

**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ– CEA**

**TERMO DE REFERÊNCIA 001/2018**

---

**OBJETO:** Contratação de Empresa para implantação de sistema de coleta, armazenamento e envio automático de dados de medição, com instalação de softwares e equipamentos para atender o Sistema de Medição para Faturamento (SMF) da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), existente nas subestações 230/69kV da Isolux nos municípios de Macapá e Laranjal do Jarí.

---





**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

## **1 - OBJETO**

Contratação de Empresa para implantação de sistema de coleta, armazenamento e envio automático de dados de medição, com instalação de softwares e equipamentos para atender o Sistema de Medição para Faturamento (SMF) da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA), existente nas subestações 230/69kV da Isolux nos municípios de Macapá e Laranjal do Jarí; envio automático dos dados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e armazenamento das informações com uso de software e servidor dedicados .

## **2 - JUSTIFICATIVA**

Aumento na confiabilidade das informações coletadas e atendimento ao disposto na legislação da CCEE. Durante o processo de interligação do Sistema Amapá ao Sistema Interligado Nacional (SIN) houve a implantação dos Sistemas de Medição para Faturamento da CEA para atendimento das exigências da CCEE e Operador Nacional do Sistema (ONS), que funcionavam através do uso de links atendidos em fibra óptica (Macapá) e satelital (Laranjal do Jarí).

Com o término do contrato com a fornecedora dos links de comunicação e ainda com a suspensão de serviços prestados pela Eletronorte, foram suspensos a comunicação dos SMF's da CEA com a CCEE e o armazenamento automático dos dados que era efetuado em servidor da Eletronorte.

Dessa forma, atualmente os sistemas de Macapá e Laranjal do Jarí encontram-se sem comunicação com a CCEE e seus dados precisam ser mensalmente coletados manualmente nas subestações da Isolux e enviados através do Sistema de Coleta de Dados (SCDE), o que poderá ocasionar sanções em desfavor da CEA por descumprimento dos procedimentos comerciais da CCEE.

## **3 - GESTOR DA CONTRATAÇÃO**

Conforme Art. 67 da Lei 8.666/93: “A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição”.

Desta forma, será indicado como Gestor deste Termo de Referência um funcionário do Departamento de Planejamento e Expansão da CEA (DPE).

## **4 - CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas oriundas desta contratação terão como fonte os Recursos Próprios da Companhia.

## **5 - PRAZOS DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL**

5.1) O prazo para implantação de sistema de coleta, armazenamento e envio automático de dados de medição com instalação de softwares e equipamentos objeto deste Termo será de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da assinatura contratual.



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

5.2) O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, resguardados os prazos de garantia e pedido de troca de equipamento e materiais que por ventura apresentarem defeitos, pela Companhia de Eletricidade do Amapá.

## **6 - VALOR ESTIMADO DO CONTRATO**

O valor estimado contratual será fundamentado com base em propostas a serem enviadas por Empresas especializadas.

No preço contratado, estão inclusos todos os tributos e despesas diretas e indiretas necessárias ao fornecimento dos equipamentos, licença de software, materiais e serviços objeto desta contratação.

## **7 – FORMA E REGIME DE LICITAÇÃO**

Com base na lei 8.666/93 e 10.520/2002; a licitação se dará por pregão eletrônico utilizando-se a modalidade menor valor global.

## **8 – NATUREZA DOS SERVIÇOS**

Trata-se de serviços comuns de engenharia cujos padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste Termo.

## **9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- a) pagar à CONTRATADA os valores faturados e apresentados nas Notas Fiscais/Faturas, devidamente aceitas, nas condições estabelecidas no Contrato;
- b) a presença da gestor do contrato da contratante não elimina nem atenua a responsabilidade da CONTRATADA no recebimento dos equipamentos e materiais contratados, quanto às suas qualidades dos serviços prestados e cumprimento de suas obrigações legais e contratuais, respeitando-se as especificações técnicas descritas neste Termo;
- c) o Gestor do contrato terá poderes para receber os equipamentos e materiais adquiridos e, especialmente, para:
  - c.1) suspender o recebimento dos equipamentos e materiais em qualquer momento sempre que considerar necessário viabilizar a sua melhor qualidade;
  - c.2) reprovar quaisquer equipamentos e materiais que não se enquadre nas especificações e padrões fornecidos pela CONTRATANTE e exigidos no Termo de Referência, em seus Anexo I, Anexo II e Anexo III;
  - c.3) decidir, com o Preposto da CONTRATADA, em caso de necessidade, as alterações na especificações técnicas dos equipamentos e materiais, as quais forem julgadas convenientes ou necessárias.
- d) caso a CONTRATANTE entenda ser necessário o exame de quaisquer documentos, deverá notificar a CONTRATADA para que os apresente no prazo máximo de 3 (três) dias;
- e) apresentar a programação de fornecimento dos equipamentos e materiais à CONTRATADA;



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

- f) informar, por escrito, à CONTRATADA, e por meio de seu Gestor de contrato, eventuais irregularidades apresentadas nos equipamentos e materiais recebidos;
- g) orientar previamente os Responsáveis Técnicos da CONTRATADA, em relação ao correto armazenamento e acondicionamento dos equipamentos e materiais;
- h) decidir, com o representante geral da CONTRATADA, em caso de necessidade, as alterações julgadas convenientes ou necessárias, para uma boa conservação dos equipamentos e materiais;
- i) solicitar à CONTRATADA a organização adequada de qualquer equipamento ou materiais cujo armazenamento considere prejudicial à sua boa conservação ou ao ambiente;
- j) fornecer, em meio físico ou digital, à CONTRATADA cópia dos documentos e especificações técnicas dos equipamentos e materiais relacionados neste Termo de Referência;
- k) comunicar à CONTRATADA quaisquer irregularidades observadas pelo empregado Gestor do Contrato, designado para receber os equipamentos e materiais, determinando as medidas para substituição dos equipamentos e materiais que por ventura apresentem defeitos, conforme o caso;
- l) aprovar o recebimento dos equipamentos e materiais através de boletins de recebimento.

#### **10 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- a) Fornecer os equipamentos e materiais contratados dentro dos padrões de qualidade, segurança e quantidade adequados, em estrita observância às condições definidas no Contrato e de acordo com os documentos e especificações técnicas dos equipamentos e materiais relacionados neste Termo de Referência, dentro do prazo contratual estabelecido. Esses equipamentos e software estão disciplinados em conformidade com instruções e procedimentos adotados pela CCEE.
- b) observar a programação para o fornecimento dos equipamentos elaborada pela CONTRATANTE e suas eventuais alterações;
- c) os equipamentos e materiais que por ventura apresentarem defeitos de fabricação deverão ser integralmente substituídos, exclusivamente às suas expensas, e entregues na localidade definida pela CONTRATANTE;
- d) observar as disposições legais que regulam o exercício de sua atividade como empresa legalmente habilitada para a prestação dos serviços objeto do Contrato;
- e) cumprir rigorosamente as exigências da legislação tributária, fiscal, trabalhista, previdenciária, de seguro, higiene, segurança, saúde e bem estar no trabalho e ambiental, assumindo todas as obrigações e encargos legais inerentes e respondendo integralmente pelos ônus resultantes das infrações cometidas;
- f) compete à CONTRATADA registrar no CREA, por sua conta e responsabilidade, o Contrato celebrado com a CONTRATANTE, de acordo com o disposto na Lei 6.496, de 07.12.77 e Resolução 425, de 18/12/98, do CONFEA;
- g) assumir total responsabilidade por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados e terceiros, decorrentes da prestação dos serviços;
- h) responsabilizar-se por quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidos na proposta ou incorretamente cotados, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo os serviços serem executados sem ônus adicionais para a CONTRATANTE;



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

## **11 - CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

11.1 Os dados para a execução da Ordem de Serviço serão disponibilizados pela CONTRATANTE para a CONTRATADA pelo Departamento de Planejamento e Expansão.

11.2 A impressão da Ordem de Serviço será de responsabilidade da CONTRATANTE.

## **12 - RESPONSABILIDADE SOCIAL**

12.1 Além das obrigações relacionadas e aquelas determinadas em Leis, Decretos, Regulamentos e demais dispositivos legais, é responsabilidade da CONTRATADA:

- a) não permitir a prática de trabalho escravo, ou a este análogo, ou qualquer outra forma de trabalho ilegal, bem como implementar esforços junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços, a fim de que também se comprometam no mesmo sentido;
- b) não empregar menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos;
- c) não permitir a prática ou a manutenção de discriminação limitativa ao acesso na relação de emprego, ou negativa com relação a sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico, bem como implementar esforços nesse sentido junto a seus respectivos fornecedores de produtos e serviços;
- d) proteger e preservar o meio ambiente, bem como prevenir e erradicar práticas que lhe sejam danosas, exercendo suas atividades em observância aos atos legais, normativos e administrativos relativos às áreas de meio ambiente e correlatas, emanadas das esferas Federal, Estaduais e Municipais, cumprindo a Lei Federal nº 6938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) e a Lei nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), implementando ainda esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores.

## **13 - OUTROS ASPECTOS**

13.1 O fornecimento de equipamentos, instalação de software e execução de serviços iniciados na sexta feira ou à véspera de feriado, caso não seja executado no mesmo dia ou dentro dos prazos legais, a CONTRATADA deverá concluí-lo no primeiro dia útil subsequente.

## **14 - RESPONSABILIDADE POR DANOS E OBRIGAÇÕES NÃO CUMPRIDAS**

14.1 A CONTRATADA responderá por todos e quaisquer danos provocados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros na execução do Contrato, decorrentes de atos ou omissões de sua responsabilidade, a qual não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pela CONTRATANTE. Fica a CONTRATADA obrigada, a todo e qualquer tempo, a ressarcir-los integralmente, sem prejuízo das multas e demais penalidades previstas no presente instrumento.



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

14.2 Compreende-se como danos todos e quaisquer ônus, despesa, custo ou obrigação que venham ser assumidos pela CONTRATANTE em decorrência do não cumprimento, pela CONTRATADA, de obrigações a ele atribuídas contratualmente ou por força de disposição legal, incluindo, mas não se limitando, a pagamentos ou ressarcimentos efetuados pela CONTRATANTE a terceiros, multas, penalidades, emolumentos, taxas, tributos, despesas processuais, honorários advocatícios e outros.

14.3 Se qualquer reclamação de clientes ou de fornecedores relacionada ao ressarcimento de danos ou ao cumprimento de obrigações definidas contratualmente de responsabilidade da CONTRATADA for apresentada ou chegar ao conhecimento da CONTRATANTE, esta notificará a CONTRATADA por escrito para que tome as providências necessárias à sua solução, diretamente, quando possível, a qual ficará obrigada a entregar à CONTRATANTE a devida comprovação do acordo, acerto, pagamento ou medida administrativa ou judicial que entender de direito, conforme o caso, no prazo que lhe for assinado. As providências administrativas ou judiciais tomadas pela CONTRATADA não a eximem das responsabilidades assumidas perante a CONTRATANTE, nos termos do Contrato.

14.4 Fica desde já entendido que quaisquer despesas que venham a ser incorridas ou exigidas da CONTRATANTE, nos termos do Contrato, deverão ser pagas pela CONTRATADA, independentemente do tempo em que ocorrerem, mediante a adoção das seguintes providências, até o limite necessário ao seu pleno ressarcimento, a critério da CONTRATANTE:

- a) notificação escrita e expedida pela CONTRATANTE, no prazo assinalado na notificação;
- b) dedução de créditos da CONTRATADA, pelos serviços prestados;
- c) execução da garantia de fiel cumprimento do Contrato;
- d) medida judicial apropriada.

14.5 Multas e penalidades previstas no Contrato e nas demais condições deste instrumento não têm caráter compensatório, sendo que o seu pagamento não exige a CONTRATADA quanto à responsabilidade pela reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos causados a CONTRATANTE por atos ou omissões de sua responsabilidade.

14.6 Fica desde já ajustado que todos e quaisquer valores que vierem a ser imputados à CONTRATADA a título de multas ou penalidades em decorrência do fornecimento dos equipamentos e materiais, bem como qualquer obrigação definida no Contrato como de sua responsabilidade, que por eventual determinação judicial ou administrativa venha a ser paga pela CONTRATANTE, revestem-se das características de liquidez e certeza, para efeito de execução judicial, nos termos do art. 586 do CPC.

## **15. SOLIDARIEDADE**

15.1 A CONTRATADA declara, para todos os fins de direito, que é responsável por todas as obrigações assumidas pelo Contrato perante a CONTRATANTE, enquanto essas perdurarem, inclusive por todas as penalidades devidas em caso de descumprimento de qualquer dispositivo do Contrato. Assim, pode a CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir, cobrar e/ou acionar a CONTRATADA, a seu exclusivo critério e conveniência, para o cumprimento de qualquer disposição contida no Contrato.



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

## **16. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

Gerência de Expansão da Distribuição.

**17. ANEXO I** - Especificação Técnica - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS, LICENÇAS DE SOFTWARE E SERVIÇOS PARA COLETA, ARMAZENAMENTO E ENVIO AUTOMÁTICO DE DADOS DE MEDIÇÃO.

Macapá, 19 de Janeiro de 2017.

Elaboração

Engº Hedilberto da Silva Pedroso  
Gerência de Fiscalização de Obras  
Departamento de Universalização

Aprovação

Engº Odilio Góes de Magalhães  
Departamento de Planejamento e Expansão

Aprovação

Engº Bernard de Sá Gouveia  
Diretor de Engenharia  
Companhia de Eletricidade do Amapá



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

**17. ANEXO I - Especificação Técnica - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS, LICENÇAS DE SOFTWARE E SERVIÇOS PARA COLETA, ARMAZENAMENTO E ENVIO AUTOMÁTICO DE DADOS DE MEDIÇÃO.**

## **SEÇÃO I – DADOS TÉCNICOS**

### **1. INTRODUÇÃO**

O escopo de FORNECIMENTO, tem por finalidade a composição dos equipamentos, materiais, licenças de software e serviços necessários para a coleta, armazenamento e envio automático de dados de medição dos SMF's da CEA.

Os SMF's utilizarão os links de comunicação com IP fixo a serem disponibilizados pela CONTRATANTE. Os firewalls a serem instalados nos pontos de medição serão configurados e fornecidos pela CONTRATADA bem como o servidor e o software para armazenamento de dados. A CONTRATADA deverá ainda executar todas as configurações de rede necessárias para a comunicação entre os pontos de medição e a CCEE.

### **2. REQUISITOS GERAIS**

Esta Seção tem por objetivo definir as informações técnicas mínimas exigidas pela CONTRATANTE que devem ser fornecidas com a PROPOSTA.

O PROPONENTE deverá fornecer quaisquer dados complementares que sejam necessários para demonstrar que os equipamentos / materiais e serviços propostos atendem plenamente aos requisitos aos quais se destinam e estão em conformidade com estas ESPECIFICAÇÕES.

Não serão aceitos dados complementares fornecidos após a data de entrega da PROPOSTA, a não ser quando houver necessidade de diligenciamento por parte da CEA, em conformidade com a legislação em vigor.

As informações de que trata esta Seção deverão ser fornecidas explicitamente para os equipamentos, softwares e serviços específicos deste FORNECIMENTO e apresentadas na forma de resumo técnico, para cada tipo de equipamento e material, complementado com folhetos, catálogos e prospectos específicos, anexados à PROPOSTA.

A CEA reserva-se o direito de desclassificar qualquer PROPOSTA que não contenha todos os dados especificados nesta Seção ou que não contenha informações suficientes para a análise da mesma.

O PROPONENTE deverá garantir que o desempenho e as características dos equipamentos e materiais fornecidos estejam de acordo com os requisitos destas ESPECIFICAÇÕES.

Os testes para a verificação dos valores de desempenho e das características técnicas dos equipamentos deverão ser realizados de acordo com os requisitos contidos nas ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, Seção III deste documento.

### **3. INFORMAÇÕES TÉCNICAS A SEREM FORNECIDAS COM A PROPOSTA**

Documentos e informações que devem constar da PROPOSTA apresentada pelo PROPONENTE:



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

- O PROPONENTE deverá fornecer resumo técnico, individualizado por tipo de equipamento, software e serviço proposto, com a descrição de suas características técnicas, incluindo dimensões, peso e indicação das interfaces externas (aterramento e energia), cabos utilizados, dissipação térmica e outros dados complementares;
- O PROPONENTE deverá fornecer o manual dos equipamentos;
- O PROPONENTE deverá fornecer tabela descritiva, contendo informações relativas ao quantitativo detalhado (peças, módulos, conectores e outros materiais necessários à instalação) e respectivos modelos de todos os produtos propostos;
- Valor total da proposta comercial considerando os custos diretos e indiretos da contratação.

## **SEÇÃO II - CONDIÇÕES GERAIS DO FORNECIMENTO**

### **1. OBJETIVO**

Esta Seção estabelece as condições gerais e os requisitos a serem seguidos durante e após o FORNECIMENTO, e deverá ser lida juntamente com a Seção III - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, deste Volume.

### **2. INSTRUÇÕES GERAIS**

Estas ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS incluem os requisitos principais relativos à embalagem, transporte e instalação para os equipamentos, materiais e serviços do escopo deste FORNECIMENTO.

### **3. IDIOMAS E UNIDADES DE MEDIDA**

Todos os documentos, descrições técnicas, especificações, literatura e todos os dados complementares relativos ao FORNECIMENTO deverão ser redigidos em português (Brasil) e todas as grandezas deverão usar o sistema métrico de unidades.

### **4. CONDIÇÕES DE OPERAÇÃO**

Os equipamentos a serem fornecidos deverão operar em áreas climatizadas, cuja temperatura média é de 22°C e a umidade média é de 75%. Contudo, deve ser considerado, para fins de fornecimento, equipamento que possa operar em temperaturas médias de 30°C e umidade relativa de 85%. O FORNECEDOR deverá indicar a faixa de operação garantida de seus equipamentos.

### **5. CONDIÇÕES DE TROPICALIZAÇÃO**

Os materiais deste FORNECIMENTO deverão ser adequados e, se necessário, especialmente tratados e embalados para entrega, transporte, armazenamento e serviços para as condições tropicais de alta temperatura, alta umidade, alta precipitação e ambiente propício à formação de mofo e fungos. Os





**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

materiais e processos de tropicalização deverão estar de acordo com as melhores práticas comerciais e industriais.

Os equipamentos, objetos desta Especificação, deverão ser adequados nas seguintes condições ambientais:

- Altitude sobre o nível do mar: Abaixo de 1200 m
- Temperatura do ar: Valor máximo: 40°C  
Valor mínimo: 10°C  
Valor médio (máximo em 24 horas): 30°C
- Umidade relativa: Valor médio: 85 %  
Valor máximo: 98 %

Condições especiais de trabalho serão indicadas individualmente por equipamento ou sistema desta Especificação.

## **6. EMBALAGEM, ETIQUETAGEM E TRANSPORTE**

O FORNECEDOR será responsável por todo o serviço de transporte dos equipamentos, contidos no escopo deste fornecimento, para entrega no(s) locais de instalação ou almoxarifado(s) indicado(s) pela Contratante, no Edital específico para atendimento desta Especificação Técnica. Sendo que todos os custos relativos a este transporte não deverão estar inclusos em sua proposta técnica/comercial.

Quando for o caso os equipamentos deverão permanecer no(s) almoxarifado(s) de entrega, se for o caso, até o momento de sua instalação e o transporte dos equipamentos do(s) almoxarifado(s) até o local de instalação será de responsabilidade da CONTRATANTE.

O método de embalagem deverá ser tal que garanta a proteção adequada ao FORNECIMENTO, durante o transporte, contra chuvas pesadas, sol forte, umidade e mudanças bruscas de temperatura.

Todas as pequenas peças deverão ser etiquetadas e embaladas adequadamente, protegidas com papel impermeabilizado ou equivalente e devidamente reforçado com tiras de aço, ou outro material adequado, de dimensões apropriadas.

O FORNECEDOR será responsável por qualquer dano ou perda, resultante de embalagem inadequada, imprópria, insuficiente ou feita sem os devidos cuidados.

Deverá haver do lado de fora de cada embalagem e dentro de um envelope lacrado e protegido, uma lista indicando seu conteúdo. Uma cópia dessa lista deverá fazer parte dos manuais de instrução.

Antes do embarque, o FORNECEDOR deverá enviar à CEA uma lista completa, detalhando o conteúdo de cada embalagem, referenciado ao item da ENCOMENDA.

O FORNECEDOR deverá etiquetar em cada caixa o número da ENCOMENDA, o local onde o equipamento será usado, o número da caixa e o nome do projeto.

## **7. NORMAS APLICÁVEIS**

As propostas deverão atender às exigências dispostas nos procedimentos de comercialização da CCEE.



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

## **8. CONSOLIDAÇÃO DO FORNECIMENTO-“WORKSTATEMENT”**

A consolidação do fornecimento será realizada pela CEA e pelo PROPONENTE que prepararão, em conjunto, a especificação detalhada do sistema e/ou subsistema, escopo do fornecimento.

O “Workstatement” será realizado em uma ou mais reuniões técnicas, na Sede da CEA em Macapá, conforme cronograma com a apresentação do detalhamento do sistema fornecido.

O resultado do “Workstatement”, deverá atender aos seguintes objetivos:

- Detalhamento e consolidação da proposta técnica;
- Planejamento de todas as etapas do fornecimento com a definição de recursos (humano / operacional). O planejamento deverá ser realizado com base no detalhamento do cronograma geral apresentado no Edital e/ou na proposta técnica;
- Definição dos procedimentos de coordenação do fornecimento;
- Lista de documentos do fabricante;
- Apresentação pela CEA do padrão de projetos e de documentos a serem utilizados no contrato;
- Especificação funcional (Especificação na qual o PROPONENTE indica a solução própria ofertada, inclusive entregando os anexos solicitados no edital).

O “Workstatement” deverá ser realizado com base nos seguintes documentos e apresentação:

- Apresentação na reunião do “Workstatement”, de forma sucinta, da solução proposta para atendimento ao solicitado nesta especificação técnica;
- Diagrama funcional básico (Diagrama no qual o PROPONENTE indica configuração do Sistema solicitado na sua forma de atendimento).

Como conseqüência da elaboração do “Workstatement”, poderão surgir necessidades de adequação de recursos de hardware e de “software” do sistema e serviços a serem fornecidos, e conseqüentemente, alteração qualitativa e quantitativa nos termos da proposta técnica original. Entretanto, tais adequações, caso necessárias, deverão obedecer aos limites legais estabelecidos para tais casos.

## **SEÇÃO III - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

### **1. INTRODUÇÃO**

Esta Seção tem por finalidade descrever as características técnicas e a qualidade exigidas para os equipamentos.

### **2. REQUISITOS GERAIS**

#### **2.1 Considerações Gerais**



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

2.1.1 O PROPONENTE deverá considerar como parte integrante do escopo de fornecimento a Documentação Técnica, conforme disposto no subitem 2.2, desta Seção.

2.1.2 Todos os equipamentos que serão utilizados no sistema proposto deverão possuir certificados de homologação válidos e emitidos pela Anatel quando a legislação em vigor assim exigir.

2.1.3 O equipamento não deverá conter qualquer substância ou componente prejudicial à saúde, ou que possam aparecer com o passar do tempo.

## **2.2 Documentação Técnica**

### **2.2.1 Manual de Instrução**

2.2.1.1 Os Manuais de Instrução, em português, deverão conter todas as instruções para armazenagem, transporte, desembalagem, montagem e instalação.

2.2.1.2 Os Manuais de Instrução deverão possuir informações que permitam identificar com facilidade toda e qualquer simbologia utilizada nos mesmos.

2.2.1.3 O PROPONENTE poderá apresentar seu manual padrão, porém deverá incluir as informações específicas para o FORNECIMENTO em questão, considerando, no mínimo, as seguintes informações:

- Precauções a serem tomadas para instalação;
- Desenhos típicos de instalação, incluindo:

Detalhes de montagem física;

Localização física de todos os pontos de interligação (aterramento, energia, etc.).

2.2.1.4 O manuais contendo todos os requisitos técnicos solicitados deverão ser enviados junto com o equipamento para o local definido pela CONTRATANTE.

## **2.3 Garantia Técnica**

2.3.1 O período mínimo aceitável de Garantia Integral de FORNECIMENTO será de 24 (vinte e quatro) meses de operação satisfatória, contados a partir de Certificado de Aceitação Provisório - CAP, emitido quando da entrega e comissionamento do sistema. Após os 24 (vinte e quatro) meses, sem que seja evidenciado qualquer problema será emitido o Certificado de Aceitação Definitivo - CAD.

A garantia mencionada neste item deverá ser a emitida pelo Fabricante do equipamento.

O Certificado de Aceitação Provisório (CAP) será emitido em até 15 (quinze) dias após a entrada em operação do sistema / produto adquirido.

2.3.2 Durante este período (24 meses após o CAP), o FORNECEDOR deverá garantir serviços e fornecimento de equipamentos para normalização de qualquer defeito, que não seja atribuível a uso inadequado, sem ônus para a CEA.

2.3.3 Caso o material ou equipamento instalado apresente não conformidade com as especificações a CEA poderá rejeitá-lo e exigir do FORNECEDOR sua imediata substituição ou correção, sem qualquer ônus. Após esta substituição ou correção, inicia-se um novo Período de Garantia de 24 meses de operação satisfatória, para o conjunto afetado.

A substituição mencionada no parágrafo anterior, deverá ser realizada em até 48 horas, a partir do comunicado da CEA, no local que for necessário a substituição do equipamento.



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

2.3.4 O PROPONENTE deverá garantir por um prazo mínimo de 5 (cinco) anos após o término da garantia técnica mencionada acima a disponibilização e obtenção de componentes, peças e módulos sobressalentes.

### **3. ESCOPO DE FORNECIMENTO**

O ESCOPO DE FORNECIMENTO compreende os equipamentos, licença de software e serviços abaixo descritos.

3.1 Fornecimento, configuração e instalação de equipamentos tipo firewall para proteção das redes de dados dos SMF's e para o servidor a ser instalado no Escritório Central da CEA em Macapá;

3.2 Fornecimento de servidor para armazenamento de dados de medição nas instalações pertencentes ao escritório central da CEA;

3.3 Fornecimento de no-break com potência de 1kVA para atender o servidor para armazenamento de dados;

3.4 Fornecimento de licença e instalação de software para coleta automática e armazenamento dos dados de medição no servidor a ser fornecido;

3.5 Configuração de VPN's para comunicação entre os pontos de medição, servidor para armazenamento de dados a ser instalado no escritório central da CEA e a CCEE.

### **4. DESCRIÇÃO RESUMIDA DO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E SOFTWARE**

Fica a cargo do CONTRATADO a responsabilidade de embalagem e transporte dos equipamentos citados neste documento.

O CONTRATADO será responsável por entregar os equipamentos em perfeito estado, sendo que o CONTRATADO será responsável por qualquer dano ou perda resultante de embalagem inadequada, imprópria, insuficiente ou feita sem os devidos cuidados.

Os equipamentos e materiais deverão ser entregues no seguinte endereço:

- Almoxarifado da CEA em Macapá

Endereço: Rua Paraná S/N, Bairro Santa Rita; Macapá – AP; CEP 68.900-000.

4.1 Os equipamentos e software a serem fornecidos são os constantes no quadro abaixo

<b>Descrição Resumida</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade</b>
Equipamento Firewall	und	3
Servidor	und	1
No-Break	und	1
Software de coleta de dados	und	1



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

## 5. DESCRIÇÃO RESUMIDA DE SERVIÇOS

A CONTRATADA deve considerar na proposta o deslocamento aos locais de execução de serviços.

Descrição Resumida	Local de execução de serviços
Instalação de Software	Escritório Central/CEA/Macapá
Instalação de Servidor	Escritório Central/CEA/Macapá
Instalação de no-break	Escritório Central/CEA/Macapá
Configuração de VPN	Escritório Central/CEA/Macapá
Instalação e Configuração de equipamento firewall	Subestação ISOLUX/Macapá
Instalação e Configuração de equipamento firewall	Escritório Central/CEA/Macapá
Instalação e Configuração de equipamento firewall	Subestação ISOLUX/Laranjal do Jarí

## 6. REQUISITOS TÉCNICOS ESPECÍFICOS DOS EQUIPAMENTOS, SOFTWARES E SERVIÇOS.

### 6.1 Equipamentos Firewall

#### 6.1.1 Requisitos do Firewall Gerenciável:

- Dual WAN
- Dual Gigabit Ethernet Portas
- Normas e protocolos: 802.3, 802.3u, IPv4 (RFC 791), IPv6 (RFC 2460)
- Conectividade WAN
- servidor Dynamic Host Configuration Protocol (DHCP), o cliente DHCP, agente de retransmissão DHCP
- IP estático;
- Protocolo Point-to-Point over Ethernet (PPPoE)
- Point-to-Point Tunneling Protocol (PPTP) bridge transparente
- DNS, Dynamic DNS (DynDNS.org, 3322.org), banco dados local DNS IPv6
- Os protocolos de roteamento Routing Information Protocol (RIP) v1 e v2, e RIP para IPv6 (RIP);
- roteamento Inter-VLAN O roteamento estático;
- VLANs suportadas: 7;
- Network Address Translation (NAT);
- Port Address Translation (PAT);
- One-to-one NAT;
- Borda da rede (DMZ), porta DMZ e host DMZ;
- Duas portas USB 2.0;
- Armazenamento e suporte para modem 3G/4G;
- Segurança;
- Firewall;



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

- SPI firewall;
  - Denial-of-service (DoS) prevenção: ping da morte, SYN floods, spoofing IP, WinNuke;
  - regras de acesso Agende baseados, até 50 entradas;
  - Encaminhamento de porta de até 30 entradas;
  - Java, cookies, ActiveX, proxy http;
  - Filtragem de conteúdo;
  - Bloqueio de URL estáticas ou bloqueio de palavras-chave;
  - Gerenciamento seguro;
  - 25 túneis IPSec site-to-site para conectividade filial;
  - 25 túneis IPSec VPN via cliente VPN da Cisco e clientes de terceiros como "The Greenbow" para acesso remoto, conectividade VPN;
  - 10 túneis SSL VPN para acesso remoto cliente
  - 10 túneis PPTP para acesso remoto
  - Data Encryption Standard (DES);
  - Triple Data Encryption Standard (3DES);
  - Encryption Standard (AES) criptografia avançada: AES-128, AES-192, AES-256
  - MD5/SHA1
  - IPsec NAT
  - Apoiado por gateway a porta de entrada e túneis client-to-gateway VPN pass-through
  - PPTP, Layer 2 Tunneling Protocol (L2TP), IPsec
  - Dead Peer Detection (DPD)
  - DNS Dividir
  - backup de VPN
  - Internet Key Exchange (IKE) com certificado
  - Qualidade de Serviço (QoS)
  - QoS baseada em serviços
  - Taxa de controle ou de prioridade
  - Controle da taxa de Montante / jusante largura de banda por serviço
  - Prioridade aplicativo baseado na porta WAN
  - Serviços mapeado para um de dois níveis de prioridade
  - Navegador baseado em gerenciador de dispositivos (http / https)
  - Gestão através de: Protocolos de gerenciamento Web browser (http / https), Simple Network Management Protocol (SNMP) v1, v2c e v3;
  - Firmware atualizável através do navegador web;
- arquivos de configuração de importação ou de exportação ou para uma unidade flash USB

### **6.1.2 Configuração e instalação dos firewalls**

A CONTRATADA deverá configurar e instalar os equipamentos conforme compreendendo as etapas abaixo:

- Configuração conforme os endereços de IP's a serem fornecidos pela CONTRATANTE;



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

- Interligação entre o painel de medição e roteador instalados nas Subestações da Isolux em Macapá e Laranjal do Jarí nos bastidores (armários padrão de 19" e 40u) pertencentes à CONTRATADA e localizados próximo aos painéis de medição;
- Instalação física e interligação do firewall que atenderá o servidor a ser instalado em espaço físico do Escritório Central da CEA em Macapá;

## **6.2 Servidor**

O servidor deverá atender as seguintes características:

### **6.2.1 Processador:**

- Processador com tecnologia Intel® Xeon® ou similar
- Frequência de 3.0GHz ou superior
- Memória cache de 8MB

### **6.2.2 Memória RAM:**

- Um pente de memória de 8GB (1x8GB):

### **6.2.3 Disco Rígido:**

- Disco com capacidade de 1TB
- Padrão SATA 7.200 rpm LFF (3.5in)

### **6.2.4 Placa de rede:**

- Ethernet 1Gb

### **6.2.5 Unidade Óptica**

- 9.5mm SATA DVD-RW

### **6.2.6 Fonte**

- Compatível com a potência do equipamento;
- Com capacidade de operação ininterrupta compatível com o servidor;
- Frequência de 60Hz;
- Compatibilidade para tensão de entrada de 127V;

### **6.2.7 Sistema Operacional**

- Sistema Operacional compatível com o Windows 7 Professional, que é utilizado nas estações de trabalho da CEA, e que possibilite acesso via web através das referidas estações.

### **6.2.7 Teclado:**

- Padrão ABNT2
- Conexão USB

### **6.2.7 Formato do Gabinete:**

- Formato:



- Tower (4U) chassis com feet/bezel

#### 6.2.7 Monitor:

- Tipo LED
- Tamanho de Tela entre 18 e 20"
- Resolução de 1366X768

### 6.3 Fonte de alimentação ininterrupta – UPS (No-break)

A Fonte de Alimentação Ininterrupta (UPS – “uninterruptible power supply”) ou No-break.

#### 6.3.1 características mínimas:

- No-Break do tipo On-Line, que forneça suprimento de energia de modo contínuo, tempo de transferência zero, e desta forma não haja interrupção da alimentação da carga com a falta da energia comercial;
- Potência mínima de 1,0 KVA, para atendimento do servidor de armazenamento de dados;
- Autonomia mínima de 1 hora e 30 minutos a plena carga;
- Tensões de entrada e saída isoladas galvanicamente;
- Rendimento a plena carga 85%;
- Fator de potência de saída melhor ou igual a 0,8;
- Ruído acústico a um metro de distância, menor que 55db, conforme norma DIN 45635;
- Sinalização visual para modo de fornecimento de energia pela rede elétrica ou bateria;
- Condições de operar em ambiente típico de escritório como estabelece as normas da ABNT;
- Software e hardware para gerenciamento baseado em protocolo SNMP;
- Régua na parte posterior com o mínimo de 04 (quatro) tomadas 2P+T, de forma que atenda as características elétricas mencionadas;
- Trabalhar na temperatura normal de operação entre 10 a 40°C, e umidade relativa do ar entre 10 e 85% sem condensação;
- Fornecer o manual de operação, em português ou inglês, preferencialmente em português. Os demais manuais de instalação, configuração e de gerência, poderão ser aceitos em inglês. Todos manuais deverão ser entregues em papel e em mídia óptica.

#### 6.3.2 Características de entrada:

Tensão de entrada 110/220 VCA, monofásica (fase+neutro+terra), com seleção automática de tensão;

Variação da tensão de entrada  $\pm 15\%$

Freqüência de entrada 60 Hz  $\pm 5\%$ ;

Proteção contra curto circuito, subtensão, sobretensão;

#### 6.3.3 Características de Saída:

Tensão de saída senoidal 110V  $\pm 5\%$  e 220V  $\pm 5\%$  monofásica (fase+neutro+terra);

Freqüência de saída 60 Hz  $\pm 0,01\%$ , com inversor;

Proteção contra curto circuito, subtensão, sobretensão;





**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

Regulação estática da tensão de saída de  $\pm 5\%$ ;  
Distorção harmônica máxima de 5%, para carga linear;

#### 6.3.4 Baterias:

Bateria(s) selada(s), livre de manutenção, a prova de vazamento;  
Recarga automática de baterias;  
Baterias acomodadas no próprio gabinete do equipamento e/ou em gabinete de mesmo padrão para atendimento a autonomia solicitada;  
Sinalização indicativa de fim da carga da bateria;  
Proteção contra descarga total das baterias com sinalização antes do desligamento do no-break;

#### 6.4 Software

O Software a ser fornecido para supervisão e coleta automática de dados de medição deverá possuir licença para atendimento dos oito medidores pertencentes aos SMF's de Macapá (seis medidores) e Laranjal do Jarí (dois medidores), e ter capacidade total para no mínimo cem medidores. As funcionalidades deverão incluir as características abaixo:

- Monitoramento em tempo real;
- Taxa de controle ou de prioridade;
- Compatibilidade com os medidores existentes (modelo ION 8650-C);
- Compatibilidade com os demais equipamentos de rede (servidor, firewall etc.);
- Plataforma web compatível com o sistema operacional utilizado pela CEA (Windows);
- Ferramenta gerencial para emissão de relatórios em formatos XLS, TXT, PDF e HTML;
- Relatórios padronizados pela CCEE (SMF) e Eletrobrás (SCD);
- Possibilidade de importação de dados na falta de link de telecomunicações;
- Dados faltantes de energia (CCEE);
- Grandezas elétricas (SCD);
- Diferenciação em medidores principais e retaguarda;
- Balanço energético;

#### 6.5 Configuração de VPN'S

A CONTRATADA deverá efetuar a configuração das VPN's entre os pontos de medição e a CCEE e também o servidor de armazenamento de dados de medição a ser instalado no Escritório Central da Companhia de Eletricidade do Amapá. Ao final da execução dos serviços a CONTRATADA deverá repassar a CONTRATANTE as senhas que porventura forem utilizadas tanto para acesso ao sistema operacional do servidor quanto para uso do software e também o procedimento utilizado na configuração das VPN's para que a CONTRATANTE possa futuramente incluir outros pontos de medição que venham a ser utilizados.

A CONTRATANTE deverá disponibilizar os IP's fixos para os SMF's em questão e para cada medidor a ser monitorado, bem como os números de série dos medidores e outras informações como dados de placa dos TC's, TP's e outros relativos às medições tratadas.



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

Ao final do serviço a CONTRATANTE deverá disponibilizar os desenhos descritivos do ambiente de rede.

## **7. EQUIPAMENTOS A SEREM FORNECIDOS PELA CONTRATANTE**

A CONTRATANTE possui os seguintes equipamentos instalados em Subestações:

### **7.1 Na Subestação Isolux Macapá**

- Painel de medição com seis medidores modelo ION 8650-C em operação;
- Bastidor padrão de 19” de 40U
- Switch de oito portas instalado no painel de medição. Todos os medidores estão conectados ao switch que está interligado através de cabo ethernet ao Bastidor de 19”

### **7.2 Na Subestação Isolux Laranjal do Jarí**

- Painel de medição com dois medidores modelo ION 8650-C em operação;
- Bastidor padrão de 19” de 40U
- Switch de oito portas instalado no painel de medição. Todos os medidores estão conectados ao switch que está interligado através de cabo ethernet ao Bastidor de 19”

A CONTRATANTE disponibilizará ainda acesso a dois links de internet com IP fixo através de um roteador a ser instalado na Subestação Isolux Macapá. Na Subestação Isolux o fornecimento do link será feito através de um switch instalado no bastidor de 19” existente.

## **8. LOCAIS DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

- Escritório Central da CEA em Macapá: Avenida Padre Júlio Maria Lombaerd, 1900, Bairro Santa Rita, CEP 68.900-030, Macapá/Ap;
- Subestação Isolux Macapá, localizada na Rodovia BR 210 km 08, no município de Macapá, nas coordenadas: 22N – E: 486545 N: 10898.
- Subestação Isolux Laranjal do Jari localizada na Rodovia 156 km 03 S/N



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2018–PRL/CEA**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2018–PRL/CEA**

**ANEXO II**

**MODELO DE CARTA PROPOSTA**

À Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA  
Av. Padre Julio Maria Lombaerd, 1900 – Santa Rita  
Macapá – Amapá – CEP 68.900-030

**À Comissão de Licitação e Contratos – PRL**  
**Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 001/2018-PRL/CEA**

Após cuidadoso exame e estudo do Edital do certame licitatório em referência, seus anexos e apensos, com os quais concordamos, vimos apresentar nossa Proposta de conformidade com as condições nesse instrumento convocatório.

**OBJETO: Contratação de empresa para implantação de sistema de coleta, armazenamento e envio automático de dados de medição, com instalação de softwares e equipamentos para atender o Sistema de Medição para Faturamento (SMF) da Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA, existente nas subestações 230/69kv da Isolux nos municípios de Macapá e Laranjal do Jari.**

1. Preço global da proposta: R\$ \_\_\_\_\_ .( \_\_\_\_\_ ), fixos e irrealizáveis pelo prazo de 1 (um) ano, nos termos da legislação pertinente.
2. No preço dos serviços, deverão estar inclusos os custos com mão de obra, transporte de pessoal, material, tributos diretos e indiretos e demais despesas decorrentes da execução dos serviços.
3. Prazo de Validade da Proposta mínimo de 60 (sessenta) dias:
4. Alíquota do ISS incluso no preço: \_\_\_\_%;
5. Anexar as planilhas de formação de preços.

OBS.: A CARTA PROPOSTA NA FORMA ESCRITA DEVERÁ SER APRESENTADA APENAS PELO LICITANTE VENCEDOR DA LICITAÇÃO, E DEVERÁ ESTAR ADEQUADA AOS PREÇOS RESULTANTES DA DISPUTA, OU DA NEGOCIAÇÃO COM O PREGOEIRO, NA DATA DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO.

(Local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

---

Assinatura do representante legal



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2018–PRL/CEA**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2018–PRL/CEA**

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO**

A empresa \_\_\_\_\_,  
CNPJ n.º \_\_\_\_\_, **declara** a Companhia de Eletricidade do  
Amapá - CEA, para fins de participação no procedimento licitatório sob a modalidade de  
**PREGÃO ELETRÔNICO n.º 001/2018-PRL**, cumprir plenamente todos os requisitos de  
habilitação, nos termos do artigo 4º, inciso VII da Lei nº 10.520/2002, estando **ciente da**  
**responsabilidade administrativa, civil e penal.**

(Local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2018–PRL/CEA**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2018–PRL/CEA**

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE**

(NOME DA EMPRESA) \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada na \_\_\_\_\_ (endereço completo), declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2018–PRL/CEA**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2018–PRL/CEA**

**ANEXO V**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO REQUISITO CONSTITUCIONAL**

Declaramos, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos.

\*Ressalva: empregamos menores, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

Observação: Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

(Local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2018–PRL/CEA**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2018–PRL/CEA**

**ANEXO VI**

**MODELO DE ATESTADO (OU DECLARAÇÃO) DE CAPACIDADE TÉCNICA**

Declaramos, para fins de prova junto a Órgãos Públicos, que a empresa  
\_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº  
\_\_\_\_\_, estabelecida  
\_\_\_\_\_, executou (ou executa) para esse Órgão  
(ou empresa) o(s) seguinte(s) serviços: \_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_.

Declaramos, ainda, que os compromissos assumidos foram cumpridos satisfatoriamente,  
nada constando em nossos registros, até a presente data, que a desabone comercialmente  
ou tecnicamente.

(Local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
Assinatura e carimbo do declarante

Observação: Emitir em papel que identifique a entidade expedidora.



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2018–PRL/CEA**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2018–PRL/CEA**

**ANEXO VII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

\_\_\_\_\_ (Nome/Razão Social), inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA, para fins de atendimento a exigência contida no Edital do Pregão Eletrônico nº 001/2018 – PRL, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06.

(Local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal





**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2018–PRL/CEA**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2018–PRL/CEA**

**ANEXO VIII**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

\_\_\_\_\_ (Representante legal da empresa),  
como representante devidamente constituído da empresa  
\_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, doravante denominada  
licitante, para fins do disposto no item \_\_\_\_\_ do Edital do Pregão Eletrônico nº  
001/2018-PRL/CEA, DECLARA, sob as penas da lei, em especial o Art. 299 do CPB, que:

- a) A proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico nº 001/2018-PRL/CEA, foi elaborada de maneira independente, pelo Licitante/Consórcio, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº 001/2018-PRL/CEA, por qualquer meio ou qualquer pessoa.
- b) A intenção de apresentar a proposta elaborada para participar do Pregão Eletrônico 001/2018-PRL/CEA não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº 001/2018-PRL/CEA.
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº 001/2018-PRL/CEA.
- d) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico nº 001/2018-PRL/CEA, não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº 001/2018-PRL/CEA antes da adjudicação do objeto da referida licitação.
- e) Que o conteúdo da proposta apresentada para participar do Pregão Eletrônico nº 001/2018-PRL/CEA não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do Órgão licitante antes da abertura oficial das propostas, e
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

(Local), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

**EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2018–PRL/CEA**  
**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 007/2018–PRL/CEA**

**ANEXO IX**

**MINUTA DO CONTRATO Nº \_\_\_\_ / 2018**

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A  
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ E  
A EMPRESA \_\_\_\_\_, PARA OS FINS  
NELE DECLARADOS.**

Pelo presente instrumento, e nos melhores termos de direito, de um lado, como **CONTRATANTE**, a **COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ - CEA**, concessionária de Serviço Público - Sociedade de Economia Mista, inscrita no C.N.P.J. (MF) sob o nº 05.965.546/0001-09, representada por seu Presidente, **MARCELINO DA CUNHA MACHADO NETO**, brasileiro, casado, engenheiro eletricista, com RG nº 039204582010-0 SSP/MA e CPF nº 790.901.337-04, residente e domiciliado na Rua Peixe Pedra, nº 20, bairro Calhau, São Luís/MA, CEP: 65071-320 pelo Diretor Econômico e Financeiro, **WANDERMILSON DE JESUS GARCEZ DE AZEVEDO**, brasileiro, união estável, servidor público, portador do RG 937737 - SSP/DF e CPF 505.510.511-91, SHIS QI 17 conj. 03, casa 24, Lago Sul, Distrito Federal, CEP: 71645-030, e por seu Diretor de Engenharia, **BERNARD DE SÁ GOUVEIA**, brasileiro, solteiro, engenheiro eletricista, RG. nº 3082585-7 – SSP/SE e CPF nº. 017.257.795-01, residente e domiciliado na Rua Estatístico Teixeira de Freitas, nº 86, Pinheiro, Maceió/AL, CEP: 57.055-660, e de outro lado como **CONTRATADA** a Empresa \_\_\_\_\_, C.N.P.J.(MF) \_\_\_\_\_ NIRE: \_\_\_\_\_, com sede na Rua: \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Telefone/Fax (\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo Sócio Administrativo o Sr. \_\_\_\_\_, CPF. \_\_\_\_\_ às normas disciplinares que preconizam a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições seguintes, que se obrigam a cumpri-las e respeitá-las integralmente:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL:**

1.1- O presente Contrato tem por fundamento legal o disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, regulamentada pelo Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, no Decreto nº 5.450 de 31 de maio de 2005, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no **Edital de Pregão Eletrônico nº 001/2018-PRL/CEA, no Processo nº 007/2018-PRL/CEA.**

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:**

2.1- O presente contrato tem por objeto a **contratação de empresa para implantação de sistema de coleta, armazenamento e envio automático de dados de medição com instalação de softwares e equipamentos para atender o Sistemas de Medição para Faturamento**



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

**(SMF's) da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) existentes nas subestações 230/69kV da Isolux nos municípios de Macapá e Laranjal do Jarí; envio automático dos dados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e armazenamento das informações com uso de software e servidor dedicados.**

2.2- Este Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado acima e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICA DOS SERVIÇOS:**

3.1- *As especificações técnicas oriundas deste Contrato estão dispostas no Anexo 1 do Termo de Referência 001/2018 – DPE/DEP.*

### **CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO:**

4.1- O preço global para consecução do objeto deste Contrato será de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

4.2- No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução dos serviços, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:**

5.1 - As despesas decorrentes deste **CONTRATO** correrão por conta da Dotação Orçamentária prevista no Orçamento da CEA, através da fonte de recurso **nº 01-Recursos Próprios, Unidade Orçamentária nº \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ e Elemento de Despesa nº \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, através da Nota de Empenho nº \_\_\_\_\_/2018, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2018.**

### **CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA, DA PRORROGAÇÃO E DO REAJUSTE:**

6.1- O prazo de vigência referente ao Contrato tem início na data de sua assinatura e encerra após **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo na forma do artigo 57 da Lei 8666, de 21 de Junho de 1993 e suas alterações.

6.2- A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.3- As supressões resultantes de acordos celebrados entre as contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

6.4- Os preços serão firmes e irrevogáveis durante a vigência deste Contrato, porém havendo prorrogação, estes poderão ser revistos com base em índices específicos ou setoriais mais adequados à natureza da obra, compra ou serviço, sempre que existentes.

§ 1º - Na ausência dos índices específicos, será adotado o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC**, divulgado pelo **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE**, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano, contado da data de assinatura do contrato, para o primeiro reajuste, ou da data do último reajuste, para os subsequentes.

§ 2º- Caso o CONTRATADO não solicite o reajuste até a data da prorrogação contratual, ocorrerá a preclusão temporal do direito, e nova solicitação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 01 (um) ano, contados na forma prevista nesta contrato.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO:**



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

7.1- A CONTRATADA apresentará, mensalmente, Nota Fiscal Eletrônica para liquidação e pagamento das despesas pela CONTRATANTE, juntamente com o relatório dos serviços prestados, este devidamente certificado pelo setor fiscalizador.

7.2- Sendo identificada cobrança indevida, os fatos serão informados a empresa contratada e a contagem do prazo para pagamento das faturas contestadas será reiniciado a partir da reapresentação da nota fiscal de serviço, devidamente corrigida em um prazo máximo de 07 (sete) dias corridos;

7.3- O pagamento só será realizado após a comprovação de regularidade da licitante vencedora junto a Fazenda Nacional, a Fazenda Estadual, a Seguridade Social, o FGTS, e a Justiça do Trabalho, conforme preceitua o Art. 54, XIII da Lei 8.666/93.

7.4- O pagamento será efetuado à CONTRATADA no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados, a partir da efetiva apresentação Nota Fiscal junto a CEA, juntamente com os documentos acima citados, devidamente certificados pela \_\_\_\_\_/CEA, sendo o crédito depositado na conta bancária, conforme descrito abaixo:

- **BANCO: ;**
- **AGÊNCIA: ;**
- **CONTA CORRENTE: ;**

7.5- Atraso nos pagamentos, que por ventura venham a ocorrer em virtude da mudança dos dados da conta indicada para crédito, não implicará em qualquer responsabilidade, aplicação de multa ou juros à CONTRATANTE;

7.6- A CONTRATANTE reserva-se ao direito de recusar-se ao pagamento se no ato da atestação, se os serviços prestados não estiverem de acordo com as especificações constantes neste contrato e seus anexos;

7.7- Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

- a) EM = Encargos moratórios;
- b) N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- c) VP = Valor da Parcela a ser paga.
- d) I = Índice de atualização financeira = 0,0001644; assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,0001644$$

- e) TX = Percentual da taxa anual = 6%

7.8- A atualização financeira prevista nesta condição será incluída em uma Nota Fiscal Eletrônica em separado, e somente após análise do cálculo pela Contadoria da CEA, é que o valor será pago.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO:**

8.1- O prazo de execução dos serviços será de **45 (quarenta e cinco) dias consecutivos** contados a partir da assinatura deste contrato;



PARÁGRAFO ÚNICO - Durante o período de mobilização, no máximo 05 (cinco) dias antes do término do prazo de mobilização, a **CONTRATADA** deverá apresentar os comprovantes de habilitação/ qualificação das equipes e os veículos, materiais e equipamentos a serem utilizados na execução dos serviços, para inspeção e aprovação pelo Gestor da Contratação e pela área de Segurança do Trabalho da Companhia de Eletricidade do Amapá;

#### **CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO:**

8.1- Fica designado, de acordo com o Art. 67 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, o Gerente da \_\_\_\_\_ - **CEA**, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato em questão;

8.2- Caberá a \_\_\_\_\_/CEA a atestação das Notas Fiscais Eletrônicas que comprovem a prestação dos serviços;

8.3- O representante anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a prestação dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

8.4- As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal deverão ser solicitadas à Diretoria da área, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes;

8.5- A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que necessário;

8.6- Além do acompanhamento e da fiscalização dos serviços objeto do contrato, a CONTRATANTE poderá, ainda, sustar qualquer serviço que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária;

8.7- A \_\_\_\_\_/CEA certificará as Notas Fiscais Eletrônicas para liquidação e pagamento das despesas pela CEA, juntamente com o relatório dos serviços efetivamente prestados;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA- DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:**

10.1 - O recebimento dos serviços dar-se-á mediante Termo de Recebimento, na forma prevista no artigo 73 da Lei 8.666/93.

10.2 - Os serviços somente serão recebidos, após o atendimento de todas as condições estabelecidas neste Contrato e no Termo de Referência e demais documentos que o integram, caso não tenha sido comunicada por escrito alguma irregularidade nos mesmos.

10.3 - Os serviços serão recusados se forem entregues em desacordo com as especificações solicitadas e propostas.

10.4 - Na eventualidade da fiscalização apontar defeitos, falhas ou imperfeições, enquanto não forem sanados os defeitos apontados, o que deverá ocorrer no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas ou outro determinado pela fiscalização, o serviço não será recebido.

10.5 - Os serviços objeto deste Termo serão formalmente recebidos pelo Gestor do Contrato, Conforme a Art. 73 da Lei 8.666/93, após o atendimento de todas as condições estabelecidas, observando-se o seguinte:

a) **Provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até **15 (Quinze)** dias da comunicação escrita do contratado.

b) **Definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais observado o disposto no art. 69 desta Lei.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

11.1- Os serviços deverão ser prestados na Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA em Macapá, Avenida Padre Júlio Maria Lombaerd, 1900, Bairro Santa Rita, CEP 68.900-030, Macapá/Ap,;

11.2- Subestação Isolux Macapá, localizada na Rodovia BR 210 km 08, no município de Macapá, nas coordenadas: 22N – E: 486545 N: 10898.

11.3- Subestação Isolux Laranjal do Jari localizada na Rodovia 156 km 03 S/N.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES:**

### **I - DA CONTRATADA:**

12.1 - Fornecer os equipamentos e materiais contratados dentro dos padrões de qualidade, segurança e quantidade adequados, em estrita observância às condições definidas no Contrato e de acordo com os documentos e especificações técnicas dos equipamentos e materiais relacionados neste Termo de Referência, dentro do prazo contratual estabelecido. Esses equipamentos e software estão disciplinados em conformidade com instruções e procedimentos adotados pela CCEE.

12.2 - Observar a programação para o fornecimento dos equipamentos elaborada pela CONTRATANTE e suas eventuais alterações;

12.3 - Os equipamentos e materiais que por ventura apresentarem defeitos de fabricação deverão ser integralmente substituídos, exclusivamente às suas expensas, e entregues na localidade definida pela CONTRATANTE;

12.4 - Observar as disposições legais que regulam o exercício de sua atividade como empresa legalmente habilitada para a prestação dos serviços objeto do Contrato;

12.5 - Cumprir rigorosamente as exigências da legislação tributária, fiscal, trabalhista, previdenciária, de seguro, higiene, segurança, saúde e bem estar no trabalho e ambiental, assumindo todas as obrigações e encargos legais inerentes e respondendo integralmente pelos ônus resultantes das infrações cometidas;

12.6 - Compete à CONTRATADA registrar no CREA, por sua conta e responsabilidade, o Contrato celebrado com a CONTRATANTE, de acordo com o disposto na Lei 6.496, de 07.12.77 e Resolução 425, de 18/12/98, do CONFEA;

12.7 - Assumir total responsabilidade por quaisquer acidentes que venham a serem vítimas seus empregados e terceiros decorrentes da prestação dos serviços;

12.8 - Responsabilizar-se por quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas omitidos na proposta ou incorretamente cotados, não sendo considerados pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo os serviços serem executados sem ônus adicionais para a CONTRATANTE;

12.9 - O fornecimento de equipamentos, instalação de software e execução de serviços iniciados na sexta feira ou à véspera de feriado, caso não seja executado no mesmo dia ou dentro dos prazos legais, a CONTRATADA deverá concluí-lo no primeiro dia útil sub sequente.

### **II - DA CONTRATANTE:**

12.10 - Pagar à CONTRATADA os valores faturados e apresentados nas Notas Fiscais/Faturas, devidamente aceitas, nas condições estabelecidas no Contrato;

12.11 - A presença do gestor do contrato da contratante não elimina nem atenua a responsabilidade da CONTRATADA no recebimento dos equipamentos e materiais contratados, quanto as suas qualidades dos serviços prestados e cumprimento de suas obrigações legais e contratuais, respeitando-se as especificações técnicas descritas neste contrato;



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

12.12 - O Gestor do contrato terá poderes para receber os equipamentos e materiais adquiridos e, especialmente, para:

- a) Suspender o recebimento dos equipamentos e materiais em qualquer momento sempre que considerar necessário viabilizar a sua melhor qualidade;
- b) Reprovar quaisquer equipamentos e materiais que não se enquadre nas especificações e padrões fornecidos pela CONTRATANTE e exigidos no Termo de Referência, em seu Anexo I, Anexo II e Anexo III;
- c) Decidir, com o Preposto da CONTRATADA, em caso de necessidade, as alterações nas especificações técnicas dos equipamentos e materiais, as quais forem julgadas convenientes ou necessárias;

12.13 - Caso a CONTRATANTE entenda ser necessário o exame de quaisquer documentos, devesse notificar a CONTRATADA para que os apresente no prazo máximo de 3 (três) dias;

12.14 - Apresentar a programação de fornecimento dos equipamentos e materiais à CONTRATADA;

12.15 - Informar, por escrito, à CONTRATADA, e por meio de seu Gestor de contrato, eventuais irregularidades apresentadas nos equipamentos e materiais recebidos;

12.16 - Orientar previamente os Responsáveis Técnicos da CONTRATADA, em relação ao correto armazenamento e acondicionamento dos equipamentos e materiais;

12.17 - Decidir, com o representante geral da CONTRATADA, em caso de necessidade, as alterações julgadas convenientes ou necessárias, para uma boa conservação dos equipamentos e materiais;

12.18 - Solicitar à CONTRATADA a organização adequada de qualquer equipamento ou materiais cujo armazenamento considere prejudicial à sua boa conservação ou ao ambiente;

12.19 - Fornecer, em meio físico ou digital, à CONTRATADA cópia dos documentos e especificações técnicas dos equipamentos e materiais relacionados neste contrato;

12.20 - Comunicar à CONTRATADA quaisquer irregularidades observadas pelo empregado Gestor do Contrato, designado para receber os equipamentos e materiais, determinando as medidas para substituição dos equipamentos e materiais que por ventura apresentem defeitos, conforme o caso;

12.21 - Aprovar o recebimento dos equipamentos e materiais através de boletins de recebimento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES:**

12.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso na execução do contrato, tomando por base o valor global do contrato; suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
- c) multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato;
- d) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Contratante, pelo prazo de até 02 (dois) anos;



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior;

12.2 - Pelos motivos que seguem, a CONTRATADA estará sujeita às penalidades tratadas nos item 13.1 desta Cláusula:

- a) pela recusa injustificada em assinar este Contrato;
- b) pela não prestação dos serviços de acordo com as especificações da proposta da CONTRATADA, dentro do prazo proposto;
- c) pelo descumprimento de alguma das condições e dos prazos estipulados neste Contrato e nos seus Anexos.

12.3 - Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores da CONTRATANTE e, no que couber, às penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº. 8.666/93.

12.4 - Comprovado **impedimento** ou **reconhecida força maior**, devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO:**

14.1- A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

14.2- A rescisão deste Contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a CONTRATADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração do CONTRATANTE;
- c) Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria;
- d) A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e não ensejará a CONTRATADA quaisquer tipos de indenização ou multa rescisória.

§ 1º- A CONTRATANTE somente pagará a CONTRATADA o saldo de serviços efetivamente prestados até a data de rescisão por culpa da CONTRATADA, cabendo, dentre outros atos, a declaração de inadimplência, e à parte inocente indenização por perdas e danos, lucros cessantes e emergentes, sem prejuízos das aplicações de multas previstas no presente Contrato.

§ 2º- Este Contrato poderá ser rescindido amigavelmente por acordo entre as partes, mediante aviso prévio de 10 (dez) dias corridos, desde que haja conveniência para a administração e na verificação de qualquer uma das hipóteses elencadas na legislação aplicável.

§ 3º - Os casos de rescisão contratual deverão ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA:**





**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

15.1- O CONTRATADO, no prazo de cinco (5) dias, após a assinatura deste termo, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total desta Contratação, que será liberada de acordo com as condições previstas neste contrato, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

15.1.1- A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

15.2- A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) prejuízos causados à Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA à Contratada;

15.3- A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA, em conta corrente indicada no contrato, com correção monetária.

15.4- No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.

15.5- Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data em que for notificada.

15.6- A Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

- a) caso fortuito ou força maior;
- b) alteração, sem prévia anuência da seguradora, das obrigações contratuais;
- c) descumprimento das obrigações, pela Contratada, decorrentes de atos ou fatos praticados pela Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA;
- d) atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA.

15.7- Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste item.

15.8- Será considerada extinta a garantia:

- a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- b) no prazo de 03 (três) meses após o término da vigência, caso a Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA não comunique a ocorrência de sinistros.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DA VINCULAÇÃO DE PESSOAL:**

16.1- São de total, absoluta e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, todas as despesas do pessoal contratado para execução do objeto deste Contrato, sejam salários, vantagens, obrigações sociais e outras de qualquer natureza, por mais especiais que sejam.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:**



**COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO AMAPÁ**  
Av. Pe. Júlio Maria Lombaerd, 1900 – CEP 68.900-030  
Macapá – Amapá - CNPJ 05.965.546/0001-09  
Fone/Fax (96) 3212-1301/1302 e-mail: [pre@cea.ap.gov.br](mailto:pre@cea.ap.gov.br)  
Site: [www.cea.ap.gov.br](http://www.cea.ap.gov.br)

16.1- O valor pactuado poderá ser revisto mediante solicitação do Contratado com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma do art. 65, II, "d" da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e observados os subitens subsequentes;

PARÁGRAFO ÚNICO - As eventuais solicitações deverão fazer-se acompanhar de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO:**

18.1- O objeto do presente contrato não poderá ser subcontratado, em qualquer hipótese, sob pena de rescisão contratual, salvo expressa autorização da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CASOS OMISSOS:**

19.1- Os casos omissos relativos à execução deste contrato administrativo serão resolvidos pelas partes, com a estrita observância das disposições contidas no art. 55, V da Lei nº 8.666/93 e legislação complementar aplicável a Teoria Geral dos Contratos.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA- DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:**

20.1-É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO:**

21.1- Este Contrato deverá ser publicado no prazo de 20 (vinte) dias, a contar do 5º dia útil do mês seguinte de sua assinatura, no Diário Oficial do Estado do Amapá, art. 61, parágrafo único, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA- DO FORO:**

22.1- As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Macapá (AP), com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em **03 (três) vias de igual teor e forma**, para que surtam um só efeito, às quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

Macapá (AP), \_\_\_\_ de Março de 2018.

**MARCELINO DA CUNHA MACHADO NETO**  
PRESIDENTE/CEA  
CONTRATANTE

**WANDERMILSON DE JESUS GARCEZ DE AZEVEDO**  
DIRETOR ECON. E FINANCEIRO/CEA  
CONTRATANTE

**BERNARD DE SÁ GOUVEIA**  
DIRETOR DE ENGENHARIA/CEA  
CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADA**